

DO DISCURSO DA VIOLÊNCIA À VIOLÊNCIA DO DISCURSO¹

Adriano Duarte Rodrigues

1. Introdução

A questão da violência discursiva estabelece com o tema da guerra, a que estes IX Encontros Interdisciplinares são dedicados, uma relação privilegiada que importa esclarecer. Ao contrário da ideia muito generalizada de que o discurso se opõe à violência, a dar crédito ao aforismo popular «a conversar é que a gente se entende», pretendo mostrar que é no discurso que a violência se fundamenta e se alimenta.

Partirei de uma concepção pragmática, considerando a linguagem como prática que se desenrola ao longo do processo interlocutivo e da interacção discursiva. Da perspectiva pragmática que adopto decorrem alguns postulados que orientarão a minha abordagem da violência discursiva. Passo a explicitá-los de maneira sucinta.

Primeiro postulado: a violência não é um valor semântico dos textos, da materialidade das formas verbais, mas uma dimensão pragmática da interacção verbal, da colocação dos textos em discurso². Não tem por isso sentido dizer que um texto é violento ou não violento. A violência só pode advir aos textos a partir de pressupostos criados pela situação enunciativa. Um mesmo conjunto de unidades linguísticas pode adquirir marcas distintas de violência, consoante as relações interlocutivas e o sentido da interacção verbal em que ocorre, em função dos diferentes quadros enunciativos particulares em que se insere.

¹ Comunicação apresentada às VII Jornadas Interdisciplinares da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, em 10 de Dezembro de 2001.

² Por valor entendo aqui uma marca significativa do texto, das unidades verbais, independentemente da sua enunciação. Por dimensão, entendo um efeito de sentido do discurso, dependente da interacção verbal, do quadro ou do cenário em que ocorre a enunciação.

Uma vez que se trata de um dos efeitos de sentido dos discursos, a violência pertence ao domínio da retórica e manifesta-se através das figuras do discurso. Tomemos o exemplo da ironia. O enunciado «que lindo discurso!» que, de acordo com a significação literal ou directa das unidades linguísticas, tomadas isoladamente, é uma declaração elogiosa das palavras de alguém, pode querer dizer exactamente o contrário da sua significação primeira, adquirindo um sentido irónico, potencialmente violento, se for dirigido, por exemplo, no quadro de uma disputa familiar, pelo marido à mulher ou pela mulher ao marido.

Deste primeiro postulado decorre a seguinte questão: como definir os quadros enunciativos no seio dos quais os enunciados adquirem uma dimensão violenta?

Segundo postulado: a violência discursiva não é uma dimensão absoluta, mas relativa. Não se pode dizer que existam discursos absolutamente violentos nem absolutamente não violentos. Um discurso possui uma dimensão mais ou menos violenta do que outro. Tendo em conta, de acordo com o primeiro postulado, que a violência depende da interacção discursiva, um mesmo texto pode adquirir valores diferenciados de violência, consoante as relações interlocutivas e o sentido das interacções discursivas que o actualizem.

Este segundo postulado levanta a seguinte questão: qual o padrão em relação ao qual podemos calcular o grau ou o nível de violência de um discurso, qual o critério para podermos dizer que um discurso é mais ou menos violento.

Dos postulados precedentes decorrem ainda mais duas outras questões gerais:

1. Existe violência em todos os discursos ou apenas em alguns? Será que existem interacções discursivas não violentas ou todas comportam inevitavelmente, em maior ou menor grau, uma dimensão violenta?

2. Existe apenas uma modalidade ou podemos identificar diferentes modalidades de violência discursiva? No caso de existirem várias modalidades quais as características e as marcas de cada uma?

2. A relação interlocutiva e a interacção discursivo

O ponto de partida para a minha abordagem da violência discursiva é a definição de discurso como troca de enunciados entre interlocutores que se reconhecem mutua e reciprocamente como sujeitos dotados de competência verbal. Por outras palavras: sendo o discurso uma realidade eminentemente interlocutiva, não é possível dar conta da sua dimensão violenta, abstraindo da relação que os interlocutores estabelecem entre si, no decurso da interac-

ção discursiva. Refira-se, a propósito, que mesmo quando procuramos averiguar o sentido das unidades linguísticas de um texto desconhecendo a relação interlocutiva em que se insere a sua produção, aquilo que estamos a fazer é a projectar no texto é uma interacção discursiva ideal imaginária, a partir da nossa experiência de falantes da língua.

Desta natureza interlocutiva do discurso decorre a sua natureza interactiva, o facto de toda troca de enunciados entre sujeitos consistir num processo de influências mútuas e recíprocas exercidas pelos interlocutores uns sobre os outros.

Para a compreensão da natureza da relação interlocutiva e do processo de interacção discursiva faço apelo a um texto fundamental: o *Essai sur le Don* de Marcel Mauss. Permitam que relembre rapidamente os aspectos fundamentais deste ensaio fundador que Mauss publicou em 1923-24, no tomo I da revista fundada por Durkheim, *L'Année Sociologique*. No *Essai*, Mauss retomava observações de antropólogos que tinham chamado a atenção para um conjunto de práticas a que Mauss daria o nome de *potlatch*, nome com que os próprios indígenas da costa oeste da América do Norte as designavam. A grande disseminação das manifestações etnográficas destas práticas levava Marcel Mauss a considerar que o *potlatch* é muito provavelmente uma instituição de natureza universal.

Apesar de apresentar múltiplas variações de cultura para cultura, o conjunto de práticas a que Mauss se refere apresentam três características fundamentais: obedecem a uma lógica própria, estabelecem alianças ou laços de sociabilidade e são totais, isto é, não dizem respeito a um domínio particular ou a uma dimensão específica da experiência, mas compreendem, como um todo indissociável, aquilo que poderíamos designar a totalidade da experiência, abrangendo domínios tão diversos como o familiar, o religioso, o político, o económico, o militar. Vejamos brevemente cada um destes aspectos.

As práticas abrangidas pela instituição do *potlatch*, se deixarmos agora de lado as maneiras particulares como são vividas e manifestadas pelas diferentes sociedades, consistem no facto de, em determinadas ocasiões festivas, as comunidades oferecerem, aceitarem e retribuírem presentes, pela mão dos seus chefes.

Estas práticas de prestações sociais obedecem a uma lógica específica, que consiste na natureza paradoxal das normas que fundamenta, no facto de serem, ao mesmo tempo, obrigatórias e livres. Por outras palavras, há a obrigação, em determinadas ocasiões, de dar presentes, de receber os presentes oferecidos e de retribuir os presentes aceites, mas todos são supostos fazê-lo por sua livre e espontânea vontade. A prova desta natureza paradoxal da lógica do *potlatch* reside no facto de ser sancionada, tanto a recusa de dar, de receber ou de retribuir, como a explicitação de que se dá, se recebe ou se retribui porque se é obrigado a fazê-lo.

O *potlatch* é assim uma processo interminável de dons e de contra dons, ao longo do qual as comunidades estabelecem, alimentam e reforçam entre si alianças, laços de sociabilidade. Deste modo, enquanto trocaram entre si dádivas, de acordo com a lógica do *potlatch*, as alianças entre as comunidades são criadas, mantidas e reforçadas, ao passo que a ruptura deste processo de prestações equivale a uma ruptura dessas alianças e conseqüentemente a uma declaração de guerra. Deste modo, é a recusa de dar presentes, de receber os presentes oferecidos ou de retribuir os presentes recebidos, assim como a explicitação da natureza obrigatória destas prestações que faz emergir a violência que se traduz no desencadeamento da guerra.

Mas Marcel Mauss sublinha ainda uma outra característica fundamental do *potlatch*: o facto de se tratar de uma instituição que envolve a totalidade dos domínios e das dimensões da experiência. É por isso que lhe dá o nome de fenómeno social total ou de sistema de prestações sociais totais.

Creio que já todos compreenderam a razão porque comecei por lembrar o ensaio que Mauss publicou em 1923-24. É exactamente à mesma lógica do *potlatch* que obedece a prática discursiva e é da ruptura para com os seus princípios normativos que a violência advém ao discurso.

Tal como no *potlatch*, também a lógica da interacção discursiva é paradoxal, uma vez que, embora todos os falantes sejam obrigados a trocar enunciados entre si, são supostos fazê-lo livremente.

Tal como no *potlatch*, é através da troca da palavra que os interlocutores estabelecem, mantêm e alimentam entre si laços sociais, equivalendo a uma ruptura a recusa de dirigir a palavra, de aceitar a palavra endereçada e de retribuir a palavra recebida.

Tal como o *potlatch*, a interacção discursiva é totalizante, na medida em que compreende, como um todo indissociável, a totalidade dos domínios e das dimensões da experiência.

Podemos então perguntar: onde é que se alojam no discurso as marcas desta lógica paradoxal? Assim como, no *potlatch*, não é na materialidade dos presentes trocados entre os chefes tribais, mas na lógica paradoxal subjacente ao processo de troca generalizada, que apresenta as marcas da obrigatoriedade e da liberdade das prestações, também no discurso não é na materialidade das unidades linguísticas, mas na lógica subjacente ao processo de troca da palavra, nos pressupostos da enunciação, que encontramos as marcas da obrigatoriedade e da liberdade da interacção verbal. Os interlocutores não podem deixar de supor implicitamente que estão a obedecer à mesma lógica paradoxal de, apesar de serem obrigados a trocar entre si enunciados, se submeterem livremente a essa obrigação.

O próprio papel destes pressupostos é paradoxal. Porque, se, por um lado, constituem aquilo que os interlocutores têm que aceitar como indiscutível para dar sentido ou razoabilidade aos enunciados que trocam entre si,

por outro lado, eles são constituídos pela própria interacção verbal. É desta natureza paradoxal e circular dos pressupostos da interacção verbal que resultam as possibilidades de ambiguidade e de ambivalência do sentido, o facto de um enunciado poder sempre ser posto em causa, pela recusa por parte de um dos interlocutores de aceitar o conjunto de pressupostos que delimitam o horizonte do mundo encenado pelo discurso ou, se preferirmos, as fronteiras dentro das quais se constitui o seu quadro de sentido. (DUCROT 1969)

3. O critério da violência discursiva

É precisamente nesta possibilidade de recusa dos pressupostos da enunciação que radica o critério da violência discursiva, entendida como não reconhecimento do interlocutor como parceiro de troca da palavra. Nessa medida, não é tanto pelo desacordo acerca do conteúdo proposicional dos enunciados que a violência advém ao discurso; é pela recusa por parte de um dos interlocutores de aceitar como indiscutível o quadro que delimita o horizonte do sentido da interacção verbal. A recusa, por parte do alocutário, da competência do locutor para dizer aquilo que diz, o desinteresse do alocutário pela palavra do locutor, a não aceitação da existência daquilo a que o locutor se refere equivalem a uma ruptura da própria relação interlocutiva e, por conseguinte, à impossibilidade de continuar a interacção discursiva. Em suma, equivalem a formas mais ou menos graves de violência discursiva.

4. As modalidades e as figuras da violência discursiva

A violência não é, por isso, um valor homogéneo dos textos, mas uma dimensão variável do discurso. Existem várias modalidades e diversos graus de violência discursiva, dependendo precisamente da natureza dos pressupostos da enunciação recusados.

Erving Goffman apresentou uma abordagem da interacção discursiva muito interessante para a identificação das diferentes modalidades de violência. Goffman define a interacção discursiva como um processo de *work face*, partindo da hipótese segundo a qual cada um dos interlocutores possui duas faces, uma face positiva, que corresponde ao que, em etologia, se designa por território próprio, e uma face negativa, noção que compreende a honra, o bom nome e o prestígio dos interlocutores. A interacção discursiva é assim considerada como um processo em que cada um dos interlocutores é suposto visar, por um lado, a promoção, a preservação, o incremento e o restabelecimento das duas faces, positiva e negativa, tanto do locutor como do alocutário.

Podemos por isso definir a violência discursiva como um atentado a uma das duas faces de um dos interlocutores, levando-nos a distinguir, por

consequente, quatro modalidades de violência discursiva que correspondem respectivamente

1. à violação da face positiva do alocutário: do seu território próprio;
2. à violação da face negativa do alocutário: da sua honra, do seu bom nome ou do seu prestígio;
3. à violação da face positiva do locutor: do seu território próprio;
4. à violação da face negativa do locutor: da sua honra, do seu bom nome ou do seu prestígio.

4.1. A violação da face positiva do alocutário

É exemplo da primeira modalidade de violência discursiva, de violação da face positiva ou do território do alocutário, a intromissão indesejável ou inconveniente do locutor no espaço e/ou no tempo do alocutário. A relativa frequência de fórmulas mais ou menos ritualizadas sob a forma de perguntas acerca da oportunidade de endereçar a palavra ao alocutário, que acompanham habitualmente o início das conversas, mostra a importância que os interlocutores atribuem a esta necessidade de preservar a face positiva do interlocutor e destinam-se a prevenir a eventual ocorrência desta modalidade de violência: «não incomodo?»; «tens um tempo para mim?»; «posso falar contigo?». Ao remeter deste modo para o alocutário a responsabilidade de aceitar ou de recusar a interlocução, o locutor, ao mesmo tempo, reconhece a sua liberdade para aceitar ou recusar a interacção verbal e coloca-o perante a obrigação de a aceitar, sob pena de provocar a segunda modalidade de violência, a violação da face negativa do locutor, do seu prestígio, considerando-o deste modo como indigno da sua atenção e do seu tempo.

Esta modalidade de violência não se manifesta apenas na etapa introdutória da interacção discursiva. Pode ocorrer em qualquer das etapas da interacção discursiva, quando perante o enfado do alocutário, o locutor insiste no prolongamento do discurso ou, pelo contrário, perante o seu empenho em prolongar a interacção, o locutor a interrompe bruscamente.

Esta modalidade de violência também pode manifestar-se nas componentes para-verbais (ritmo, aceleração do débito, timbre e altura da voz), e extra-verbais (afastamento repentino, desvio do olhar, rubor do rosto, alteração da temperatura corporal). Os estudos de proxémica e de quinésica têm revelado eloquentes manifestações corporais e comportamentais desta modalidade de violência discursiva, quando correspondem a uma intromissão indesejada ou inconveniente no território do alocutário.

4.2. A violação da face negativa do alocutário

São exemplos de desrespeito da face negativa do alocutário os insultos, as formas de tratamentos que visam a desconsideração do seu bom nome ou o rebaixamento do seu estatuto social, quer aos olhos de terceiros quer aos seus próprios olhos. A utilização de formas de endereço e de tratamento utilizadas pelo locutor para referir o alocutário oferece constantes oportunidades para a ocorrência desta modalidade de violência discursiva. Refira-se, a título de exemplo, o caso das enálages dos dísticos, em determinadas circunstâncias: o patrão zangado ao empregado: «Quem pensa este pobre diabo que é para falar assim aos seus superiores!»

Tal como o desrespeito do território do alocutário, também esta modalidade de violência se pode manifestar através de componentes para-verbais e extra-verbais. Algumas destas manifestações apresentam curiosas práticas rituais culturalmente marcadas, como o facto de virar a cara, de cuspir para o chão ou de assobiar, como maneiras de mostrar ostensivamente o desprezo por aquilo que o interlocutor diz e/ou por aquilo que ele é.

4.3. A violação da face positiva do locutor

Poderíamos ser levados a pensar que a violência do discurso consiste apenas no desrespeito das faces do alocutário. Há igualmente manifestações de violência que resultam do desrespeito do locutor pelas suas próprias faces, positiva ou negativa.

Não é rara a estratégia utilizada pelo locutor para rebaixar o seu território próprio: «posso convidá-lo para esta sua humilde casa?». A aceitação do endereçamento da palavra por parte de um estranho importuno que bate à porta da nossa casa para solicitar a nossa atenção para uma interacção que vem interromper uma actividade urgente é também um exemplo desta modalidade de violência.

4.4. A violação da face negativa do locutor

Existe ainda a possibilidade da última modalidade de violência do discurso, que consiste na violação da face negativa, do bom nome ou da própria honra do locutor. É o caso de expressões de auto-humilhação como estas: «este seu humilde servo», «não mereço tanta deferência». Gostaria de chamar a atenção para uma manifestação particular desta modalidade de violência discursiva, a do silenciamento, e a do seu contrário, a obrigação de dizer, imperativos a que o locutor pode ser levado a submeter-se contra a sua vontade.

5. A natureza agonística do discurso

Como vimos, é a partir da violação dos pressupostos que dão sentido à troca verbal que a violência advém ao discurso. Gostaria agora de chamar a atenção para a natureza potencialmente agonística de toda a interacção verbal. De facto, se a violência discursiva pode ocorrer é porque a própria interacção verbal comporta sempre uma dimensão potencialmente violenta, enquanto cena em que se confrontam enunciações a partir de experiências incomensuráveis, de experiências de compatibilização sempre problemáticas. É esta a lição que retiramos da natureza polifónica do discurso, posta em relevo pela primeira vez por Mikhaïl Bakhtin (1977; 1978).

A natureza polifónica do discurso tem a ver com o facto de num mesmo enunciado ressoarem as vozes de vários enunciadores que o locutor assume, quer para as assumir como suas, quer para se demarcar delas. A polifonia discursiva comporta, por isso, sempre a possibilidade de confronto entre diferentes enunciações.

É à ocorrência do confronto entre enunciações de sentido oposto, no quadro da interacção discursiva, que costumo dar o nome de logomaquia. Inspirando-me nas precisões terminológicas propostas por Roulet e da chamada Escola de Genebra, permitam que distinga três categorias de logomaquia, a que dou os nomes de dialógica, diafónica e polifónica. (Roulet et alii 1987: 69-84)

Por logomaquia dialógica designo o confronto do discurso de um locutor com enunciados de vários enunciadores diferentes do locutor e do alocutário. É o caso dos provérbios e dos ditados populares, utilizados com o objectivo de violar os pressupostos da interacção discursiva: «água mole em pedra dura tanto dá até que fura», «não há fome que não dê fartura», «quanto mais velho mais parvo».

A logomaquia diafónica compreende o confronto do discurso de um locutor com os enunciados, reais ou imaginários, do alocutário: «Já que sabes tudo e nunca te enganas, adivinha lá os números do totoloto». O locutor assume o discurso real ou imaginário, do locutor, visando desacreditá-lo, considerando a sua palavra desprovida de crédito.

Por logomaquia polifónica entendo o confronto do discurso do locutor com enunciados de enunciadores diferentes do alocutário: «se o teu pai estivesse aqui não te portarias dessa maneira». Ao assumir o discurso imaginário do pai ausente, o locutor recusa coerência ao comportamento do filho.

6. Conclusão

A concluir esta breve proposta de abordagem da violência discursiva, permitam que sintetize brevemente os aspectos que considero mais relevantes em torno dos seguintes pontos:

1. Embora a violência discursiva não pareça ser um valor semântico dos textos, não é extrínseca à prática discursiva; é antes uma dimensão inerente à própria lógica paradoxal da instituição da linguagem.

2. Podemos assim considerar a violência como ruptura para com os pressupostos que dão sentido ao estabelecimento, à manutenção e ao reforço dos laços de sociabilidade entre os interlocutores e que, deste modo, tornam razoável o discurso.

3. A violência do discurso decorre da natureza dialógica da prática discursiva que se concretiza no processo de interação verbal e pode, por conseguinte, ser considerada como a dimensão logomáquica da linguagem.

4. Podemos distinguir as diferentes modalidades de violência discursiva, tendo em conta duas perspectivas. Partindo da distinção proposta por Erving Goffman, segundo a qual a interação verbal consiste naquilo que ele designava por *face work*, a violência pode advir da violação das faces, positiva e negativa, do locutor e do alocutário. Partindo das componentes polémicas ou logomáquicas das diferentes formas de dialogismo, a violência consiste numa das seguintes modalidades de logomaquia: dialógica, diafónica e polifónica.

A questão da violência discursiva não tem merecido a atenção que a sua importância requer. Espero que estas breves propostas possam contribuir para relançar uma discussão útil para o seu esclarecimento.

Referências bibliográficas:

- ADAMS, P.J., A. TOWNS, and GAVEY, N. (1995). Dominance and Entitlement: The Rhetoric Men Use to Discuss Their Violence Towards Women, in *Discourse and Society*, 6(3). 387-406.
- ALLEN, K., and BURRIDGE, K. (1991) – *Euphemism and Dysphemism: Language used as shield and weapon*, Oxford: Oxford University Press.
- ARVEDA, K., E. (1991) – Street harassment: The language of sexual terrorism, in *Discourse and Society* 2(4). 451-460.
- BAKHTINE, M. (1977) – *Marxisme et Philosophie du Langage. Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris, ed. de Minuit.
- BAKHTINE, M. (1978) – *Esthétique et Théorie du Roman*, Paris, ed. Gallimard.
- BOLINGER, D. (1980) – *Language-the loaded weapon: the use and abuse of language today*, London, Longman.
- BOHNER, G. (2001) – Writing about rape: use of the passive voice and other distancing text features as an expression of perceived responsibility of the victim, *British Journal of Social Psychology*, Vol. 40, n.º 4, 51 e ss.
- BONHOMME, M. – *La violence du langage et le langage de la violence*.
- CANETTI, E. (1966) – *Masse et Puissance*, Paris, ed. Gallimard. (original: *Masse und Macht*, Hamburgo, 1960).

- CARREIRA, M. H. A. (1997) – *Modalisation Linguistique en Situation d'Interlocution: Proxémique Verbale et Modalités en Portugais*, Louvain, Peeters.
- CAVAILLES, R. *L'injure comme anticomunication*
- CHAMIZO, D., et al. (1994) – Euphemism and dysphemism: Ambiguity and supposition, in *Language and Discourse*, 2. 78-92.
- CLARK, K. (1992) – The linguistics of blame, in TOOLAN, M. (ed.), *Language, text, and context*, 208-224. London: Routledge.
- CLARK, S., & JAMES, D. (1993) – Women, men, and interruptions, in TANNEN, D. (ed.), *Gender and conversational interaction*, 231-280. Oxford: Oxford University Press.
- COATES, L., & al. (1994) – Anomalous language in sexual assault trial judgements, in *Discourse and Society* 5 (2). 189-206.
- COULTHARD, M. (1996) – The official version: Audience manipulation in police records of interviews with suspects, in CALDAS-COULTHARD, C. R. & COULTHARD, M. (ed.), *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*, 166-178. London, Routledge.
- DREW, P., & HERITAGE, J. (eds.) (1992) – Talk at work, in *Interaction in Institutional Settings*, Cambridge: Cambridge University Press.
- DUCROT, Oswald (1969) – Présupposés et sous-entendus, in *Langue française*, n.º 4, 30-43.
- DUCROT, Oswald (1991) – *Dire et ne pas Dire*, Paris, ed. Hermann, 3.^a edição.
- FAIRCLOUG, N. (1989) – *Language and power*, London: Longman.
- FINEMAN, Stephen (2000) – *Emotion in Organizations*, Sage Publications.
- FITZPATRICK, M. A., & MULAC, A. (1995) – Relating to spouse and stranger: Gender preferential language use, in KALBFLEISCH, P.J. & P.J. CODY, P.J. (ed.), *Gender, power, and communication in human relationships*, 213-222. Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- FLAHAULT, François (1987) – *La Scène de Ménage*, Paris, Denoel.
- GIRARD, René (1972) – *La Violence et le Sacré*, Paris, ed. Grasset.
- GOFFMAN, E. (1987) – *Façons de Parler*, Paris, ed. de Minuit. (original: 1981)
- GOFFMAN, E. (1991) – *Les Cadres de l'Expérience*, Paris, ed. de Minuit. (original: 1974).
- GRICE, H. P. (1975) – Logic and Conversation, in COLE, P. & MORGAN, J. (eds.), *Syntax and Semantics*, 3. *Speech Acts*, New York, Academic Press, 45-58.
- JACKSON, B.S. (1995) – *Making Sense in Law: Linguistic, Psychological and Semiotic Perspectives*, Liverpool, Deborah Charles Publications.
- JACQUES, F. (1991) – Consensus et conflit: réévaluation, PARRET, H. (dir.) *La communication en paroles. Communication, consensus, rupture*, Mardaga, Liège, 97-123.
- KACHRU, Y., & BOUTON, L. F. (ed.) (1995) Language, gender and power IN *Studies in the Linguistic Sciences* 25(2), special issue.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1995) – *Le Trilogue*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

- LAMB, S. (1991) – Acts without Agents: An Analysis of Linguistic Avoidance in Journal Articles in Men who Batter Women, in *American Journal of Orthopsychiatry*, 61 (2), 250-257.
- LECERCLE, Jean-Jacques (1996) – *La Violence du Langage*, Paris, PUF.
- LINELL, P., GUSTAVSSON, L. & JUVONNEN, P. (1988) – Interactional dominance in dyadic communication, in *Linguistics* 26, 415-42.
- LINELL, P. & JÖNSSON, L. (1991) – Suspect stories: On perspective-setting in an asymmetrical situation, in MARKOVÁ, I. & FOPPA, K. (ed.) *Asymmetries in dialogue*, 75-100. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- LINELL, P., & LUCKMANN, T. (1991) – Asymmetries in dialogue: some conceptual preliminaries, in MARKOVÁ, I. & FOPPA, K. (ed.), *Asymmetries in Dialogue*, 1-20. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- MAUSS, M. (1995) – Essais sur le Don, in *Anthropologie et Sociologie*, Quadrige, Paris, PUF, páginas 143-277 (original: 1923-1924).
- MEY, J. L. (1985) – *Whose language: A study in linguistic pragmatics*, Amsterdam: Benjamins.
- MICHAUD, Y. (1998) – La violence: une question de normes, in *Sciences Humaines* 11, n.º 089, 20-25.
- MOESCHLER, J. (1981) – Discours polémique, réfutation et résolution des séquences conversationnelles, in *Études de Linguistique Appliquée* 44, Octobre-Décembre, 40-69
- MOESCHLER, J. (1982) – *Dire et contredire. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*, Peter Lang, coll. Sciences de la Communication, Berne/Francfort-sur-le-Main.
- O'CONNOR, P. (1994) – “You could feel it through the skin”: agency and positioning in prisoner's narratives, in *Text* 14.1., 45-75
- O'CONNOR, P. E. 1995. Discourse of Violence, in *Discourse and Society*, 6(3). 309-318.
- O'CONNOR, P. (1997) – “You gotta be a man or a girl”: constructed dialogue and reflexivity in the discourse of violence”, in *Pragmatics* 7(4), 575-599
- OCHS, E., & TAYLOR, C. (1992) – Family Narratives as Political Activity, in *Discourse and Society*, 3 (3), 301-340.
- PARRET, H. (dir.) (1991) – *La Communauté en Paroles. Communication, Consensus, Ruptures*, Liège, ed. Mardaga.
- RICOEUR, Paul (1997) – Autonomia e Vulnerabilidade, in GARAPON, Antoine & SALAS, Denis (dir.), *A Justiça e o Mal*, Lisboa, ed. do Instituto Piaget.
- RODRIGUES, A D. (2001) – *Estratégias da Comunicação*. Questão comunicacional e formas de sociabilidade, Lisboa, 3.ª edição.
- RODRIGUES, A D. (2001) – *A Partitura Invisível*, Lisboa, ed. Colibri.
- RODRIGUES, D. F. (2002) – *A Cortesia Verbal. Uma competência discursivo-textual*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, fotocopiado.
- ROULET et alii (1987) – *L'Articulation du Discours en Français Contemporain*, Berna, Peter Lang, 2.ª edição.

- SARAT, A. (1993) – Speaking of death: narratives of violence in capital trials, in *Law and Society Review* 27, 19-58
- SCHEGLOFF, E. A. (1997) – Whose text? Whose context? in *Discourse and Society* 8(2). 165-187.
- TANNEN, D. (1986) – *That's not what I meant! How conversational style makes or breaks your relationship with others*, New York: William Morrow.
- TANNEN, D. (1991) – *You just don't understand: Women and men in conversation*, London, Virago.
- TANNEN, D. (1993) – *Décidément tu ne me comprends pas*, Laffont, Paris
- THOMAS, J. A. (1985) – The language of power: Towards a dynamic pragmatics, in *Journal of Pragmatics* 9. 765-783.
- VAN DIJK, T. A. (1995) – Discourse semantics and ideology, in *Discourse and Society*, 6(2). 243-289.
- VAN DIJK, T. (1995) – The violence of text and talk, in *Discourse & Society*, 6 (3), 307-308
- WATZLAWICK et alii (1999) – *Logique de la Communication*, Paris, Seuil, Points.
- WINDISCH, Uli (1987) – *Le K.O. Verbal. La Communication Conflictuelle*, Lausanne, ed. L'Age de l'Homme.